

**RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
E DO FISCAL ÚNICO**

**2º TRIMESTRE DE
2016**

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2º TRIMESTRE DE 2016

Os aspectos mais relevantes ocorridos do 2º trimestre foram os seguintes:

- aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2015, incluindo o relatório do Governo Societário, na sessão da Assembleia Geral Anual que se realizou em 8 de abril de 2016;
- realização das sessões da Assembleia Geral de 11 de maio e de 22 de junho, tendo sido, nesta última sessão, eleitos os novos membros dos órgãos sociais para o triénio 2016-2018, bem como aprovada a proposta de resolução permanente do crédito de M€3,3 existente sobre o Estado relativo a despesas não elegíveis da concessão de recuperação ambiental; não foi deliberado o Plano de Atividades e Orçamento para 2016;
- apresentação de uma nova versão do Plano de Atividades e Orçamento para 2016, em consonância com orientações da UTAM;
- pagamento de dividendos no montante de €277.349,48 no mês de maio;
- transmissão da área do Monte das Mesas e dos pedidos relativos às áreas de Alcácer e São Pedro das Cabeças para a ESANMET, na sequência do Acordo de Desenvolvimento com a empresa turca ESAN.

1. Demonstração de Resultados

Destacam-se as seguintes rubricas:

- Ausência de vendas no trimestre em apreço em consonância com o previsto em orçamento dado que ainda não foi, face às atuais condições de preços dos concentrados de urânio, equacionada qualquer venda;
- trabalhos para a própria entidade em linha com o orçamentado;

- fornecimentos e serviços externos dentro da previsão orçamental com um valor realizado inferior em 11% ao previsto para o período;
- gastos com o pessoal em linha com a previsão orçamental dado que não se registaram alterações no quadro de pessoal;
- outros rendimentos e ganhos de acordo com o estimado para o período;
- a conta de outros gastos e perdas que regista desvio favorável relativamente ao orçamento;
- juros e rendimentos similares, decorrentes das aplicações de tesouraria efetuadas no IGCP com taxas de juro baixas, significativamente abaixo do orçamento.
- O resultado líquido do 1º semestre foi de 163.870 euros, valor que se mantém dentro da projeção orçamental.

2. Balanço

No balanço à data de 30 de junho destacam-se as seguintes rubricas:

- os ativos intangíveis que integram os valores dos projectos de recuperação ambiental cujo pedido de reembolso às entidades financiadoras ainda não foi concretizado à data de 30 de abril de 2016 bem como os investimentos feitos na área da prospeção;
- O saldo da conta acionistas e sócios reflete a dívida da EDMI à EDM e o valor de outros ativos financeiros foi reduzido do montante de 3,3 milhões de euros relativo a despesas não elegíveis da concessão de recuperação ambiental realizadas até final de 2004, por conta do concedente e que por deliberação do acionista na sessão da assembleia geral de 8 de abril de 2016 foi resolvido através da utilização de resultados transitados e no excedente pela utilização da reserva especial de investimento de recuperação ambiental;
- O saldo de outras contas a receber contempla o valor dos pedidos de reembolso submetidos ao POVT dos quais se aguarda o respetivo recebimento e dos projetos realizados em regime de overbooking

relativamente aos quais se aguarda o pagamento bem como da dívida remanescente do IAPMEI relativa também a despesas não elegíveis da concessão de recuperação ambiental;

- A rubrica do passivo, outras contas a pagar, apresenta o valor do montante de adiantamentos provenientes de royalties ainda não afeto aos projetos que são por eles financiados;
- Ativo total no montante de 58.338.185 euros e capitais próprios de 50.869.442 euros que evidenciam a autonomia financeira que a EDM tem vindo a manter.

BALANÇO

	2016 ORÇAMENTO	1º semestre REALIZADO
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	760.856	799.089
Propriedades de Investimento	0	
Goodwill	0	
Ativos Intangíveis	8.325.061	3.403.235
Ativos Biológicos	0	
Participações Financeiras-método equivalência patrimonial	928.384	925.993
Participações Financeiras- outros métodos	655.833	656.395
Accionistas/Sócios	5.691.628	5.486.689
Outros Ativos Financeiros	3.442.763	112.931
Ativos por impostos diferidos	249.363	226.925
	<u>20.053.897</u>	<u>11.611.257</u>
Ativo Corrente		
Inventários	13.731.185	13.731.185
Ativos Biológicos	0	
Clientes	37.384	35.893
Adiantamentos a fornecedores	3.889	4.858
Estado e out. Entes Públicos	73.744	35.325
Accionistas/Sócios	0	
Outras Contas a receber	2.431.496	6.540.676
Diferimentos	27.984	25.635
Ativos financeiros detidos para negociação	0	
Outros ativos financeiros	0	
Ativos não correntes detidos para venda	0	
Caixa e Depósitos Bancários	26.853.729	26.350.356
	<u>43.159.411</u>	<u>46.723.928</u>
TOTAL DO ATIVO	63.213.308	58.335.185
Capital realizado	30.000.000	30.000.000
Ações (quotas) Próprias		
Outros instrumentos de capital próprio	13.731.185	13.731.185
Prêmios de emissão		
Reservas Legais	6.000.000	6.000.000
Outras Reservas	2.797.141	1.312.492
Resultados Transitados	2.007.453	0
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-499.513	-499.513
Excedente de revalorização	161.408	161.408
Outras variações no capital próprio		
	<u>54.197.674</u>	<u>50.705.572</u>
Resultado Líquido do período	<u>313.960</u>	<u>160.870</u>
Interesses minoritários		
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	54.511.634	50.866.442
Passivo não corrente		
Provisões	1.534.302	1.160.593
Financiamentos obtidos		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		
Passivos por impostos diferidos		
Outras Contas a pagar	120.500	120.500
	<u>1.654.802</u>	<u>1.281.093</u>
Passivo Corrente		
Fornecedores	115.137	282.582
Adiantamento de clientes	2.829	1.845
Estado e Outros Entes Públicos	651.569	266.540
Accionistas/Sócios		
Financiamentos obtidos	0	0
Outras Contas a pagar	6.276.705	5.636.051
Diferimentos	632	632
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros		
Passivos não correntes detidos para venda		
	<u>7.046.872</u>	<u>6.187.650</u>
TOTAL DO PASSIVO	8.701.674	7.468.743
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	63.213.308	58.335.185



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	2016 ORÇAMENTO	2º TRIMESTRE REALIZADO	% REALIZAÇÃO
Vendas e serviços prestados	40.000	0	
Subsídios à exploração			
Ganhos/perdas de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a Própria Entidade	930.000	437.269	47,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	
Fornecimentos e Serviços Externos	586.320	258.143	44,0%
Gastos com o Pessoal	1.224.542	620.238	50,7%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidades de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	1.250.000	654.245	52,3%
Outros Gastos e Perdas	35.000	13.740	39,3%
<i>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</i>	374.138	199.393	
Gastos/reversões de depreciação e amortização	50.000	26.877	53,8%
Imparidades de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<i>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</i>	324.138	172.516	
Juros e rendimentos similares obtidos	69.313	27.040	39,0%
Juros e gastos similares suportados	1.000	0	0,0%
<i>Resultado antes de impostos</i>	392.450	199.556	
Imposto sobre o rendimento do período	78.490	35.686	45,5%
Resultado líquido do período	313.960	163.870	



Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

**RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO DA
EDM – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO MINEIRO, S.A.
REFERENTE AO PERÍODO DE 1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2016**

I – INTRODUÇÃO

A “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, E.P.”, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 148/86, de 18 de junho, em resultado da fusão das empresas “EDMA – Empresa de Desenvolvimento Mineiro do Alentejo, E.P.” e “Ferrominas, E.P.”. Em 1989, pelo Decreto-Lei n.º 313/89, de 21 de setembro, foi deliberada a alteração da sua natureza jurídica, sendo convertida de pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, em pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima, de capitais maioritariamente públicos. A empresa passou assim a denominar-se “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.” (doravante designada por “EDM”).

A EDM, como concessionária em regime exclusivo, no âmbito da Concessão atribuída pelo Estado através do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, assume um papel relevante na elaboração e condução de projetos de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas, os quais constituem a sua principal atividade. Adicionalmente, executa atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais e presta serviços especializados nos domínios dos geo-recursos e do ambiente.

Dando cumprimento ao previsto no n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 313/89, de 21 de setembro, que deliberou a alteração da natureza jurídica da EDM, e ao disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do setor público empresarial, o Fiscal Único apresenta o seu relatório relativo à execução orçamental do segundo trimestre de 2016, o qual sintetiza os controlos efetuados e eventuais anomalias detetadas, bem como os principais desvios em relação ao orçamento em vigor.

II – ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO

II.1 – DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Da análise das atas das reuniões do Conselho de Administração, destacam-se como principais fatos ocorridos no segundo trimestre de 2016:

- A apreciação em Conselho de Administração da aprovação dos documentos de prestação de contas de 2015, bem como da proposta de aplicação de resultados;



Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

- Decorrente do parecer da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização (“UTAM”) sobre o Relatório de Governo Societário de 2015, o Conselho de Administração aprovou os documentos finais da versão retificada do referido Relatório e a respetiva submissão;

- No âmbito do projeto Jales–Gralheira, foi apreciado pelo Conselho de Administração o requerimento apresentado pela Drillcon Iberia, SA, que, na sequência da contestação da EDM à notificação pelo Tribunal da Comarca de Lisboa:

- Incluiu na ação interposta ao Consórcio as empresas Medgoldminas Unipessoal, Lda e Medgold Resosurces Corp, para contra elas deduzir, subsidiariamente, o mesmo pedido de condenação formulado contra o Consórcio;
- Requereu que a EDM junte aos autos um conjunto de informação complementar.

- Ainda no âmbito do projeto Jales–Gralheira, o Conselho de Administração, juntamente com os advogados do processo, decidiu que só será efetuada a junção dos documentos requeridos pela Drillcon, após despacho do juiz nesse sentido;

- A EDM foi notificada da intenção da Agência Portuguesa do Ambiente vir a imputar uma infração ambiental por factos ocorridos no Rio Coura em Vilar de Mouros. O Conselho de Administração decidiu solicitar o apoio jurídico externo bem como um parecer interno para preparação de resposta;

- Com a entrada em vigor do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2016, e após finalizados os ajustamentos necessários decorrentes das recomendações efetuadas pela “UTAM”, o Conselho de Administração deliberou a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016 da EDM, na sua versão retificada;

- Foi recebida a confirmação do financiamento comunitário às candidaturas dos projetos de recuperação ambiental realizadas no âmbito da 4ª fase do POVT em regime de *overbooking*, que representam um montante global de investimento de € 6.849.906,00, dos quais € 4.316.380,66 correspondem à verba referente ao Fundo de Coesão;

- Aprovação por parte da DGEG da alteração da titularidade dos processos de Alcácer e S. Pedro das Cabeças, bem como a aprovação do Senhor Secretário de Estado de Energia, da transmissão da área de prospeção e pesquisa de Monte das Mesas da EDM para a ESANMET (grupo ESAN);

- Apreciação em Conselho de Administração da ata da Assembleia Geral do dia 22 de junho de 2016, que delibera a nomeação de novos membros dos órgãos sociais para o triénio 2016-2018, nomeadamente o Presidente e um vogal do Conselho de Administração e o Fiscal Único efetivo e suplente.



Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

II.2 – DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

Da leitura das atas da Assembleia Geral, salientam-se as seguintes deliberações:

- Foi aprovada pelo Acionista da EDM a proposta apresentada pelo Conselho de Administração tendente à resolução do crédito, no valor de 3.311.269,53 euros, relativo às verbas disponibilizadas até ao final de 2004 pela EDM à ex-EXMIN, nos seguintes termos: regularização do crédito por contrapartida de Resultados Transitados e, no que exceder, por utilização da Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental;
- A 22 de junho de 2016, foi deliberada a eleição dos órgãos sociais para o mandato de três anos (2016-2018), na qual constam os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e o Fiscal Único, efetivo e suplente.

II.3 – INVESTIMENTOS

No âmbito da atividade prosseguida, a EDM adquiriu no segundo trimestre de 2016 investimentos no total de 1.470.574 euros, dos quais cerca de 65,7% (equivalente a 965.495 euros) são referentes a projetos em curso de recuperação ambiental, no âmbito da atividade concessionada pelo Estado para recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas. Dos restantes investimentos realizados no período em análise, 402.655 euros resultam do Protocolo de Cooperação DGEG/EDM e 102.424 euros referem-se a projetos próprios de prospeção e reconhecimento mineiro.

III – ANÁLISE CONTABILÍSTICA E DE PROCEDIMENTOS

Foram analisados os procedimentos contabilísticos seguidos pela EDM e a composição dos saldos das principais rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados, em conjunto com a análise amostral dos registos e documentos de suporte justificativos, nada havendo de relevante a destacar.

IV – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA E DOS DESVIOS ORÇAMENTAIS

No segundo trimestre de 2016, foi efetuada uma análise das principais rubricas que compõem a informação económica e financeira, nomeadamente através de uma análise comparativa dos valores executados face aos valores orçamentados e análise de rácios.

IV.1 – ANÁLISE DOS DESVIOS ORÇAMENTAIS

O quadro seguinte sintetiza a execução do Orçamento a 30 de junho de 2016. Salienta-se que, para efeitos de análise, os valores relativos ao Orçamento, originalmente preparados numa base anual, foram convertidos em duodécimos:

(valores em euros)					
	Realizado 30/06/2016 (1)	Orçamento 30/06/2016 (2)	Desvio (1) - (2)	Grau de execução (1) / (2)	Obs.
Prestações de serviços	0,00	20.000,00	-20.000,00	0,0%	
Trabalhos para a própria entidade	437.269,24	465.000,00	-27.730,76	94,0%	
Fornecimento e serviços externos	-258.143,04	-293.160,00	35.016,96	88,1%	
Gastos com o pessoal	-620.237,88	-612.271,00	-7.966,88	101,3%	
Outros rendimentos e ganhos	654.244,96	625.000,00	29.244,96	104,7%	
Outros gastos e perdas	-13.740,01	-17.500,00	3.759,99	78,5%	
Resultado antes deprec., financ. e impostos	199.393,27	187.069,00	12.324,27	106,6%	<i>A</i>
Gastos/reversões de deprec. e amort.	-26.877,48	-25.000,00	-1.877,48	107,5%	
Resultado operacional	172.515,79	162.069,00	10.446,79	106,4%	<i>B</i>
Juros e rendimentos similares obtidos	27.040,16	34.656,50	-7.616,34	78,0%	
Juros e gastos similares suportados		-500,00	500,00	0,0%	
Resultado antes de impostos	199.555,95	196.225,50	3.330,45	101,7%	<i>C</i>
Imposto sobre o rendimento do período	-35.685,96	-39.245,00	3.559,04	90,9%	
Resultado líquido do período	163.869,99	156.980,50	6.889,49	104,4%	

Observações:

A – O resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos, apresenta um desvio favorável de 12.324 euros. O desvio resulta, principalmente, da contenção de gastos com “Fornecimentos e serviços externos”, com um desvio favorável face ao orçamento de 35.017 euros, e de um maior valor de “Outros rendimentos e ganhos”, que apresenta um desvio favorável de 29.245 euros. Não obstante o bom comportamento das rubricas citadas, destaca-se a ausência da realização de “Prestações de serviços”, bem como um desvio desfavorável de 27.731 euros em “Trabalhos para a própria entidade” que representam cerca de 39,1% dos rendimentos obtidos até ao termo do segundo trimestre;

B – O resultado operacional apresenta um desvio favorável, acolhendo, contudo, o efeito negativo relativo aos gastos com as depreciações e amortizações que se encontram ligeiramente superiores ao previsto;

C – O resultado antes de impostos apresenta um desvio favorável de 3.330 euros, em consequência do resultado operacional, não obstante o resultado financeiro com um desvio desfavorável pela obtenção de juros e rendimentos similares inferiores ao previsto.

No cômputo geral, conclui-se pela regularidade da execução orçamental nas rubricas com maior relevância da Demonstração de Resultados. Findo o segundo trimestre de 2016, o grau de execução global dos rendimentos regista um cumprimento de 97,7%, enquanto o grau de execução global dos gastos é inferior ao orçamentado em 3,1% (taxa de execução de 96,9%).



Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

IV.2 – ANÁLISE DE RÁCIOS

Neste ponto apresentam-se os valores apurados para os principais rácios económico-financeiros, referentes ao segundo trimestre de 2016, e a sua evolução face ao trimestre precedente:

Indicador	2º Trimestre 2016	1º Trimestre 2016
Liquidez reduzida	5,33	4,97
Liquidez geral	7,55	6,98
Solvabilidade	6,81	6,67
Autonomia financeira	0,87	0,87
Cobertura do ativo não corrente	4,49	3,76
Endividamento	0,13	0,13
Estrutura do endividamento	0,83	0,84
<i>Debt-to-Equity Ratio</i>	0,15	0,15
Rendibilidade do Capital Próprio	0,00	0,00
Rendibilidade do Ativo	0,00	0,00
Remunerações do pessoal <i>per capita</i>	2.562 €	2.594 €

Decomposição do fundo de maneoio:

Rubrica	2º Trimestre 2016	1º Trimestre 2016
Ativo corrente	46.723.929 €	47.782.361 €
Meios financeiros líquidos	26.350.356 €	27.867.565 €
Outros ativos correntes	20.373.574 €	19.914.796 €
Passivo corrente	6.187.650 €	6.850.207 €
Fundo de maneoio	40.536.279 €	40.932.154 €

Da análise dos vários indicadores, verificam-se variações não relevantes ao nível dos rácios económico-financeiros, relativamente ao período transato.

V - CONCLUSÕES

Em resultado da análise apresentada no presente relatório, o Fiscal Único considera que a atividade foi desenvolvida de acordo com as orientações definidas pelo Conselho de Administração, e respeitando as disposições estatutárias e as orientações estabelecidas pelo Acionista.

Lisboa, 29 de julho de 2016

António Borges & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por Dr. Nuno Duarte da Silva Magro, Revisor Oficial de Contas nº 1165